



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre

(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico

4

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ

Tainá Alvarenga

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ

Rodrigo Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: O presente trabalho visa fazer um relato de experiência profissional para atendimento e acompanhamento de uma família atendida por uma rede territorial local. A atuação profissional foi desenvolvida por meio do Projeto “Aluno Presente”, executado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que visava a inserção e permanência de crianças fora da escola ou em risco de evasão na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, pretende-se desenvolver o debate teórico com o conteúdo do curso realizado pelos autores deste trabalho durante o ano de 2016, intitulado “Trabalho Social com Famílias no Paradigma Sistêmico” realizado pela Associação Brasileira Terra dos Homens, que contribuiu com o aporte teórico e, também, na criação de estratégias de intervenção junto à família Nascimento. Nosso campo empírico é o bairro periférico de Jardim América respectivamente na favela Terra

Encantada.

PALAVRAS-CHAVE: articulação local; família; rede local; bairro periférico

ABSTRACT: The present work aims to make an account of professional experience developed over the years, of care and support to the Nascimento family. The professional activity was developed through the “Present Student” Project, executed in partnership with the Municipal Department of Education and aimed at the inclusion of children out of school in the city of Rio de Janeiro. In addition, it is intended to develop the theoretical debate with the content of the course conducted by the authors of this work during the year 2016 entitled “Social Work with Families in the Systemic Paradigm” conducted by the Brazilian Association of Land of Men, who contributed with the theoretical contribution And also in the creation of intervention strategies with the Nascimento family. Our empirical field is the peripheral neighborhood of Jardim América, respectively, in the favela Terra Encantada.

KEYWORDS: local articulation; family; local network; Peripheral district

MARCO TEÓRICO E APRESENTAÇÃO DO CASO

No artigo aqui apresentado, optou-se em

apresentar um caso emblemático que foi acompanhado, ao longo de dois anos, pelo Projeto Aluno Presente e a rede de atendimento local. Dessa forma, pretende-se fazer uma análise acerca do mesmo articulando ao conteúdo estudado durante o curso “Trabalho Social com Famílias no Paradigma Sistêmico”, realizado pela Associação Brasileira Terra dos Homens. A metodologia utilizada é o levantamento bibliográfico sobre a temática e o estudo de caso por meio dos instrumentos Genograma e Ecomapa.

O Projeto Aluno Presente é um trabalho de ação direta e articulada para a garantia do direito à educação básica às crianças e adolescentes em idade escolar. Sua atuação se dá por meio da localização, identificação e reinserção de crianças e adolescentes, entre 06 e 14 anos de idade, que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar no município do Rio de Janeiro e do acompanhamento contínuo para sua permanência na escola.

Cabe ressaltar que o nome da família e os nomes das pessoas citadas ao longo do texto são fictícios. Optamos por esse procedimento no intuito de preservar a identidade das mesmas.

A Família Nascimento reside na favela Terra Encantada, localizada no bairro de Jardim América, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O território apresenta questões de violência, tráfico, falta de disponibilidade e acesso a serviços de cultura e lazer, condições inadequadas de moradia e saneamento básico. Sendo os serviços mais acessados pelos moradores a assistência social, educação e saúde.

Além disso, será possível visualizar no decorrer do texto, qual a relação que a família possui com a referida rede. Mostrando os avanços e limites decorrentes do trabalho realizado e o papel do articulador local do Projeto Aluno Presente.

Ao final, propõe-se que esse trabalho possa resultar num processo reflexivo dos profissionais que atuam na área social, bem como a rede envolvida no caso de forma a pensar possibilidades para o acompanhamento da família supracitada.

O caso foi identificado através de busca ativa/mobilização comunitária com panfletagem do Projeto Aluno Presente, em setembro de 2014 na favela Terra Encantada. Este local apresenta um grande pauperismo, sem saneamento básico e asfalto, com iluminação precária, dentre outras faltas de serviços básicos que não são prestados pelo Estado de forma sistemática. Junto a esta conjuntura, apresenta-se forte presença de atividades ilícitas. Esse panorama é imprescindível para pensarmos sobre a situação da família aqui apresentada dentro deste território.

Durante as visitas subsequentes nesta residência foram identificadas duas crianças fora da escola e uma em risco de evasão que são: Marcelo, 12 anos, José, 10 anos e Maurício, oito anos, filhos de Maria do Nascimento, 42 anos e João do Nascimento de 58 anos. Importante destacarmos que Maria possui ainda duas filhas, uma adolescente, Mirla, 17 anos, que está sob a guarda de um morador da região, uma adulta, Natália, 27 anos, além de um bebê de oito meses que está sob os cuidados de uma vizinha.

Nesse primeiro contato com a profissional, Maria estava bastante abatida,

aparentando estar doente e alcoolizada. A residência da família se encontrava em situação de precariedade e com uma quantidade elevada de lixo e materiais reciclados espalhados pelo quintal, insetos e um número excessivo de gatos e cachorros. Durante o cadastro das crianças e família para atendimento e acompanhamento pelo projeto, José informou que não tinha documentação, fato que ainda não tinha sido relatado pela genitora durante a primeira conversa. Assim, ao ser indagada sobre tal situação, a responsável afirmou que não tinha dado entrada no registro civil de nascimento de José, porque a Declaração de Nascido Vivo (DNV) havia apagado e ela não tinha condições financeiras de ir até São Gonçalo, município da região fluminense, local de sua antiga residência e onde a criança havia nascido. Logo, verbalizou que devido a esta situação, o mesmo nunca estivera inserido em uma instituição de ensino regular.

Após o primeiro contato, o caso foi direcionado para o Centro de Referência da Assistência Social/CRAS, responsável pelos atendimentos de assistência básicos. A família já era de conhecimento da assistente social responsável pelo local e informou que o caso já era de conhecimento também do Centro de Referência Especializado da Assistência Social/CREAS, além de ser acompanhado pelo Ministério Público Estadual.

Em diante, o que se seguiu foi um acompanhamento sistemático da situação da família apresentada por ambas as instituições. Maria continuava sempre abatida e apática durante as visitas domiciliares e sem cuidados de higiene pessoal. Um dos filhos, em uma dessas visitas, havia informado que a mesma só saía para beber. Portanto, na maioria das vezes que a articuladora local do projeto visitava a família, a responsável não tinha condições de atender porque estava de cama, verbalizando pouco e aparentando estar alheia a tudo que acontecia ao redor.

Em relação a João, pai das crianças, foi encontrado poucas vezes na residência. Vizinhos relataram que ele passava pouco tempo no local. Porém, quando encontrado, a articuladora informou ao responsável sobre a importância da documentação das crianças e dos cuidados (atendimento médico e psicológico) que Maria necessitava. Contudo, João sempre a culpabilizava, afirmando que sua companheira bebia muito e não tinha responsabilidades. Verbalizou ainda que o lhe cabia estava fazendo, aportando financeiramente a família e sendo o reprodutor. Estas falas aconteceram na presença de Maria que, na ocasião calava-se e não fazia nenhum comentário em relação à observação do companheiro. A profissional percebeu que com a presença de João, Maria ficava retraída.

Nas demais visitas à favela as crianças eram sempre vistas nas ruas do bairro, organizando-se junto a outras para a venda de flores e balas na praça principal do território, uma espécie de centro comercial da região.

As situações acima explicitadas se repetiam conforme os acompanhamentos da articuladora local. Portanto, a atuação da rede intersetorial se fazia cada vez mais necessária para intervenção na complexa situação.

Para facilitar a visualização da situação brevemente apresentada e composição/

arranjo familiar, foi utilizado o instrumento de Genograma, que é um “modelo para o desenho familiar que proporciona uma visão gestáltica dos padrões complexos da família” (GRAHAM e BRAHIM, 2013, p. 26). Apresentando-se como um recurso que retrata a história da família de forma resumida, eficiente e rápida.

Abaixo, segue o Genograma da Família Nascimento:

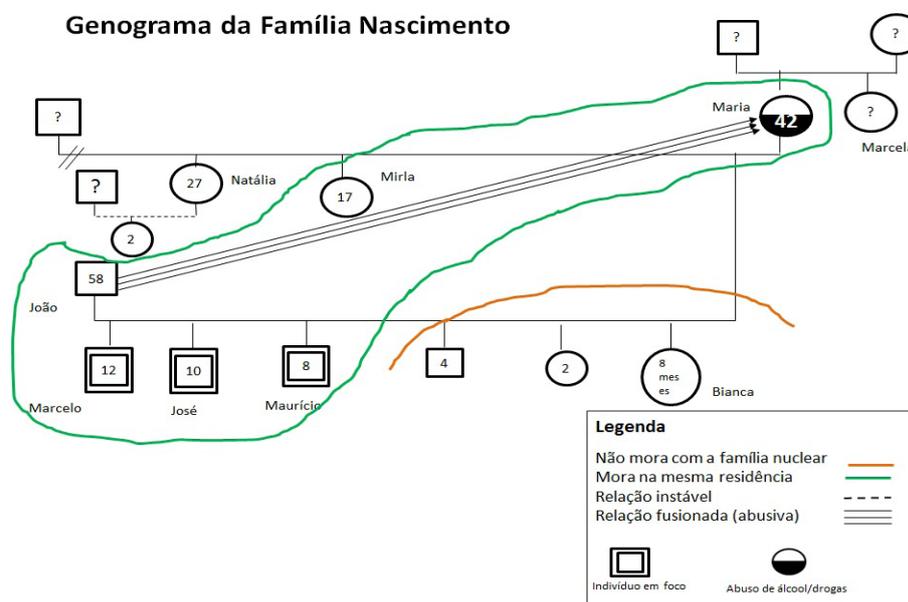


Figura 1 - Genograma da Família Nascimento

No genograma é possível identificar a relação conflituosa entre João e Maria, partindo do companheiro para a mesma. O filho de quatro anos, a filha de dois e o bebê de oito meses não estão residindo com a família nuclear. Os mesmos estão sendo cuidados por outros moradores da comunidade, então não foi possível a profissional ter uma visão mais aprofundada sobre a situação. Além disso, nota-se a questão do uso do álcool por Maria.

A favela Terra Encantada, local onde reside a Família Nascimento, localiza-se no bairro de Jardim América, Zona Norte do município do Rio de Janeiro. O bairro é predominantemente residencial, possuindo diversas empresas do setor de transportes e maquinário. O bairro possui as favelas Ficap, Terra Encantada, Gringolândia, Furquim Mendes e Dique. Estes territórios são marcados por alto índice de violência, sobretudo a letal, considerando o intenso conflito entre polícia e facções criminosas e entre as próprias facções num processo de disputa de território pelo comércio varejista de drogas ilícitas. De acordo com o Mapa da Violência, no ano de 2013, o Município Rio de Janeiro ficou em 12º lugar no ranking de homicídios de crianças, adolescentes (<1 a 19 anos), com 18,1%. Dos homicídios ocorridos, 76% foi por meio de arma de fogo entre a faixa etária de 0 a 17 anos.

Optou-se em utilizar o termo Favela, por compreender que este possui uma representação histórica, econômica e social a qual há um recorte étnico e de classe. O primeiro corresponde ao processo de abolição da escravatura que não inclui econômica e socialmente essa grande parcela da sociedade contribuindo com sua exclusão. O

segundo pode ser percebido através de alguns estatutos entre eles a lei de terras de 1850 que impedia a propriedade do solo por essa parcela da população, “construindo-se a longo prazo uma das mais perversas estratificações sociais em função da grande diferença de renda percebida por esse segmento social [...]” (CAMPOS, 2010, p.87).

O surgimento do morro da Favella, posteriormente chamado de Morro da Providência, deu-se a partir da ocupação da área pelos soldados que vieram da guerra de Canudos e precisavam se manter próximos ao Centro como forma de resistência e cobrança ao Ministério da Guerra, quanto aos seus soldos e outras promessas feitas, mas não cumpridas (VALLADARES, 2005).

Entretanto, nota-se que, ao longo de três séculos, mesmo passando a ter “controle” do Estado, os espaços territoriais caracterizados como favela, quase não possui a presença de serviços/instituições estatais, salvo engano pelo aparato policial/militar. Estes territórios são, historicamente, espaços de contradições e disputas territoriais/comércio varejista de drogas.

As favelas mencionadas anteriormente são exemplos desse processo. As atividades ilícitas (como o tráfico de drogas, roubo, autorização de quem entra e sai, intolerância religiosa com moradores de religiões de matrizes africanas, exploração sexual entre outras) presentes são gerenciadas pelo Comando Vermelho.

O Comando Vermelho é a primeira facção “reconhecida pelas autoridades governamentais do país e uma das mais conhecidas até hoje” (ALBERGARIA, 2016, p. 19). Sua formação é entre os finais da década de 60, início da de 70, quando os presos políticos foram enviados para o presídio da Ilha Grande e influenciaram a forma de organização dos presos comuns.

Entretanto, é preciso que se compreenda o papel que a facção assumiu e, em alguns lugares ainda assume, em suprir no que o Estado é omissivo. A ausência histórica do Estado nas periferias propiciou que esse grupo suprisse necessidades básicas dos moradores, seja na garantia do gás ou da medicação. A facção era o Estado. Barcellos (2004) ao tratar sobre a temática diz “os servidores poderiam levar a pé ou de carro algum benefício aos favelados. Mas o morro sempre pareceu longe demais para os homens e máquinas do município” e exemplificando o que ocorreu no Santa Marta, Barcellos (2004) relata:

Escondidos no coração da região mais rica da cidade, a zona sul, os moradores do Santa Marta vivem há 53 anos sem uma única escola ou hospital e sem ter nenhum dos 84 becos pavimentado pela prefeitura. Toda a cobertura de concreto dos becos era obra dos mutirões (p.36)

No decorrer dos atendimentos/acompanhamentos realizados às famílias, nota-se que há uma insatisfação destes em razão do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico. E, embora a violência seja frequente, é algo invisibilizado. Uma vez que são favelas afastadas e não fazem parte da especulação imobiliária.

Geograficamente, as favelas de Jardim América são próximas a vias de circulação que cortam o município do Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra e via expressa presidente João Goulart- Linha Vermelha) e, é nesse momento, quando a violência cotidiana das favelas chega ao “asfalto”, é que ganha visibilidade e as manchetes dos jornais.



Figura 2- Mapa do bairro de Jardim América

No que tange aos serviços/instituições existentes, o bairro de Jardim América conta com um bom aporte na área da educação, saúde e assistência social. Mas, nenhum destes está situado dentro das favelas. O acesso a essas instituições tem sido fácil, pois se localizam no centro do bairro e conta com vasta rede de transporte (ônibus municipais e intermunicipais, vans, moto táxi). Além disso, o deslocamento, a pé, a alguns serviços é viável. Cabe ressaltar que, em muitos casos, a violência é um impeditivo para a entrada por parte dos profissionais dos serviços citados nessas localidades.

A rede de ensino municipal de educação local conta com seis escolas, um CIEP (Centro Integrados de Educação Pública) quatro creches (sendo apenas uma na favela Terra Encantada) e um EDI (Espaço de Educação Infantil). A estadual conta com uma única escola de ensino médio. O quantitativo de escolas municipais atende a demanda populacional, mas Tapresenta carência para atender ao público de educação infantil (quatro a seis anos) e crianças e adolescentes em idade/série defasadas. Atualmente, a secretaria municipal de educação não possui nenhum projeto que atenda essa demanda.

No que tange a saúde, existe na localidade o serviço da Clínica da Família/CF, que cobre, a partir das prerrogativas da política de atenção básica, todas as favelas e o próprio bairro de Jardim América. O trabalho deste equipamento ocorre muitas vezes

em articulação com os serviços de educação, assistência social e o Projeto Aluno Presente. As Clínicas da Família são um marco que representa a reforma da Atenção Primária. O modelo tem como objetivo focar nas ações de prevenção, promoção da saúde e diagnóstico precoce de doenças.

Ainda que se perceba que os serviços de educação, saúde e assistência estejam presentes na região, é notório que há uma carência na oferta de serviços ligados a cultura, esporte e lazer.

RESULTADOS DO TRABALHO DESENVOLVIDO COM A FAMÍLIA E REDE LOCAL

No final do ano de 2014 e com início da matrícula digital para inserção dos alunos no ano letivo de 2015 nas escolas municipais, a articuladora local do Projeto Aluno Presente realizou a matrícula de Marcelo e José. É importante frisar que o filho mais novo, Mauricio, ainda estava matriculado em uma escola da localidade.

Mesmo que tenha sido informada a família sobre a importância da escola e que José poderia ser inserido sem a certidão na unidade escolar, os responsáveis não efetivaram a matrícula e não deram retorno a profissional. Porém, numa outra tentativa, o projeto conseguiu fazer mediação com a Coordenadoria Regional de Educação/CRE, conseguindo mobilizar o genitor junto com outros atores da região para que este fosse até a escola efetivar as matrículas.

Contudo, logo após o início das aulas, Maurício evadiu da escola. Após uma visita à unidade escolar, onde o mesmo estudava, a direção informou que a senhora Maria aparentava estar, em algumas ocasiões, alcoolizada e que a criança frequentava a escola suja, de pijama e sem alimentação. A diretora da instituição ainda relatou que fez inúmeras tentativas de contato com a família, entretanto como as faltas acumularam em sequência, após as trinta faltas consecutivas, a escola classificou a criança em situação de abandono escolar e encaminhou o caso para o Conselho Tutelar.

Após alguns acompanhamentos com o objetivo de inserir as crianças na escola e encaminhamentos dados para documentação o caso foi repassado à equipe do CREAS, segundo a equipe o caso já havia sido encaminhado para acompanhamento através do Ministério Público. A equipe técnica do CREAS relatou que foram realizadas algumas visitas domiciliares, mas tiveram muita dificuldade de acesso devido ao forte número de atividades ilícitas aos arredores da residência dos Nascimento. Todavia, não houve avanços no que tange a documentação e inserção aos serviços de saúde.

Posterior ao contato para realização de parceria com a CF (Clínica da Família) do território a situação da família começou a ser mais focada, principalmente, devido à articulação com a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família/NASF elaborando uma estratégia de vínculo entre a genitora e a equipe de saúde básica local. Mas essa ação, a priori, não alcançou os resultados esperados e, Maria foi resistente no que diz respeito ao comparecimento aos atendimentos pré-agendados, mesmo com os

devidos encaminhamentos. A estratégia adotada pela articuladora local foi de diminuir a quantidade de visitas, aguardando assim, a atuação da rede de assistência e saúde para, assim, obter algum resultado. A melhora no quadro de saúde da genitora era fundamental.

Além disso, o território passou por frequentes operações policiais e guerra entre facções rivais, o impossibilitou o trabalho dentro da favela e, conseqüentemente, com a família. Alguns meses depois, a articuladora local voltou a visita-los e encontrou Maria em péssimas condições de saúde/higiene aparentando estar gestante. Diante da situação, após um trabalho de convencimento, em companhia da articuladora local, Maria foi a CF para atendimento e teve a confirmação da gravidez – estava com oito meses.

Entre setembro de 2015 a janeiro de 2016, não houve intervenções diretas no caso e nem avanços significativos por parte da rede local. No início do primeiro semestre, a situação voltou a ser pauta das equipes do território que se reuniram para discussão e criação de estratégias como: visitas sistemáticas do ACS (Agente Comunitário de Saúde) lembrando-a de suas consultas, reuniões com a rede local para discussão do caso (Aluno Presente, CRAS, CREAS, CAPS AD), identificação e contato com a rede comunitária. Dentro delas, cabe destaque para atuação da equipe do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) de referência do território que fora contactado pela equipe da CF. Maria, então passou a ser mais ativa nos seus cuidados e da criança recém-nascida, indo a consultas médicas, acompanhada, inclusive, de uma vizinha que oferece suporte para seus cuidados e do bebê.

Apesar de um maior contato com a rede de assistência e saúde, as crianças ainda estavam fora da escola. Logo, após uma nova intervenção do Projeto junto à assessoria da CRE, esta forneceu novos encaminhamentos para matrícula das crianças que foram efetivadas pelo responsável, João, orientado a acompanhar a vida escolar dos filhos devido às dificuldades de saúde de sua companheira.

Diante disso, é importante refletir sobre a rede de apoio que a família Nascimento conta. A prática dos profissionais e suas respectivas instituições, além de pensar quais foram os avanços e limites da rede de atendimento. Para facilitar a visualização da rede de apoio, optou-se em fazer o Ecomapa da mesma que será exposto mais adiante.

De acordo com Alves e Silveira (2011, p. 25) o ecomapa foi criado pela assistente social Ann Hartman em 1975, com o intuito em auxiliar no trabalho dos assistentes sociais que realizavam atendimento a famílias nos Estados Unidos. Por representar a rede da família, nele podem ser percebidos quais são os recursos sociais, culturais, econômicos que esta dispõe. Dessa forma, constitui-se como “um importante instrumento de intervenção” (GRAHAM e BRAHIM, 2013). Para ilustrar, foi elaborado o ecomapa a partir da relatoria do caso.

Ecomapa da Família Nascimento

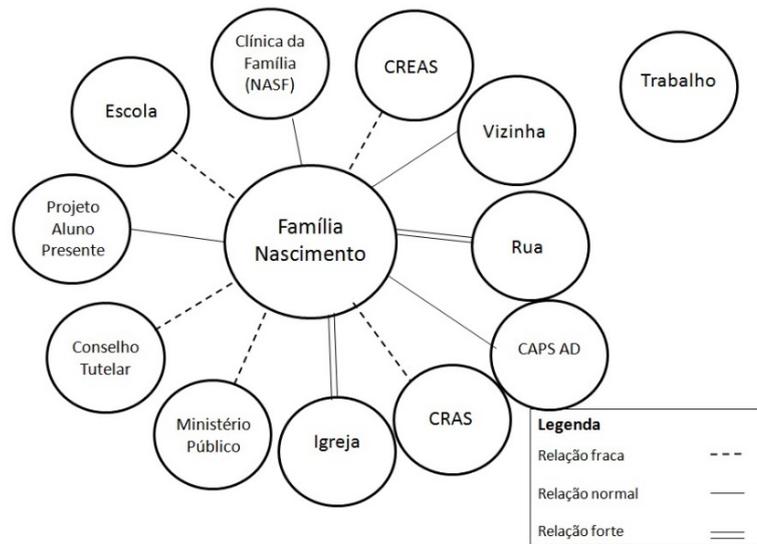


Figura 3 - Ecomapa da Família Nascimento

Percebe-se que a família possui uma disposição variada de serviços, no entanto, a maior parte das relações é fragilizada. Exemplo do conselho tutelar que, mesmo tendo sido acionado pela diretora da escola, não houve a contra referência do caso.

O CAPS AD, ainda que tenha conseguido ter uma aproximação com a família, Maria não tem conseguido aderir ao tratamento, não comparecendo as consultas. Com isso, não tem se avançado em relação ao alcoolismo.

A igreja local, assim como o espaço da rua, foram os que apresentaram maior relação. A igreja com o auxílio de vizinhos está ajudando nos cuidados da casa e crianças.

De modo geral, os avanços foram a aproximação e estabelecimento de vínculo da comunidade com a família e o cuidado para com as crianças – cabe destacar o envolvimento de uma vizinha, tornando-se, assim, uma referência na criação da rede familiar e para os profissionais que a acompanham. A visibilidade que o caso passou a ter para a rede de saúde, que a partir do cuidado com as questões de saúde de Maria e do fortalecimento do vínculo, torna-se mais fácil a adesão da mesma bem como pensar outras perspectivas de vida. Articulação da equipe do NASF com a comunidade local. O processo de trabalho, seja em qualquer área, demanda que haja uma articulação/interação entre outras instituições, esferas do saber. O trabalho com famílias principalmente, uma vez que o atendimento/acompanhamento realizado não se esgota em um único encontro. Famílias em condições de pobreza, que vivem em territórios de extrema violência, ausência de serviços públicos, saneamento tem sido, em geral, o público alvo de quem trabalha nessa área. Em muitos casos, há características da dinâmica familiar que são semelhantes em outras não. .

Quando há a compreensão disso, o profissional atuará como um agente ativador do processo familiar. De acordo com Ausloos (2011) esse fato possibilita que a família

encontre sua própria solução, nas palavras do autor a “autosolução”. Ao invés de considera-los patológicos, desestruturadas, é posto em evidência as suas próprias competências da família. Contribuindo, assim, para que em médio e longo prazo não tenham a necessidade de um profissional para continuar o processo. O profissional, bem como a instituição, não dará conta de todas as demandas, das causas da violência estrutural que permeiam e influenciam a vida das famílias, no entanto, isso não o exime da responsabilidade no suporte ao que é demandado.

Para Ausloos (2011) há dois grandes grupos de famílias que os profissionais se deparam, as de transição rígida e as de transição caótica. A primeira é quando as famílias apresentam resistências a mudanças, são famílias que estão “paradas no tempo”. A segunda se refere à sucessão de mudanças muito rápidas e não permite nenhum tipo de mudança real, ou seja, nessas famílias as mudanças não são processadas/digeridas.

As intervenções que se iniciaram junto a Família Nascimento mostraram-se, muitas vezes, sem sucesso. Pois ela se apresenta como um núcleo de transações caóticas, ocorrendo sucessivas mudanças, sendo elas pouco úteis, sem durabilidade. Fazendo com que haja a manutenção do caos em detrimento do crescimento e/ou avanço das ações interventivas.

Em função disso, as prescrições paradoxais de não mudança, são raramente eficazes com este tipo de família. Muitas vezes elas são abertamente desqualificadas, com grande dano para o terapeuta. Mesmo que ele se justifique, apenas agrava as coisas, entrando facilmente numa escalada simétrica onde quanto mais ele tenta frear o processo mais a família o pressiona para dar conselhos. Se ele tenta tomar o que acredita ser a “posição baixa”, as desqualificações aumentam, pois não foi ele que desceu do pedestal, mas a família que o forçou a fazê-lo (AUSLOOS, 2011, p. 62-63).

A prática profissional ocorre no agora, é no momento presente que se é pensado. Podemos fazer uma analogia à construção do plano individual de atendimento com adolescentes que cometeram ato infracional. Para os adolescentes, comumente, é difícil se pensar em projetos a longo prazo, uma vez que estão em processo de formação, tendo acesso a diferentes conteúdos que os nortearam. No caso dos que estão em conflito com a lei, soma-se o fator do risco de morte, da falta de credibilidade pela sociedade.

Sabe-se que em certos momentos, alguns casos afetarão o profissional e mobilizará seus valores, suas crenças, sua visão de mundo. Mas a forma com a qual o profissional lidará com a situação é a questão. E, também, como ele poderá utilizar sua experiência de vida para implicar a participação do indivíduo/família em sua autosolução. Essa interação entre as experiências de vida é chamado por Mony Elkaiim (1989) de ressonância. Assim, “o [profissional] faz uso daquilo que ele sente como indicador de uma ponte entre ele mesmo, o paciente e a família” (ELKAIM, 1989 p. 28).

Há momentos no atendimento/acompanhamento em que o profissional é extremamente afetado pelas ações, pela dinâmica familiar que avançam ou não. O sistema familiar vai ser afetado de forma diferente, pois as situações humanas não são separadas do sistema que o observa. O profissional implica e é implicado.

Depraz (2005) descreve três traços dessa experiência (relacional - profissional e indivíduo/família) para que seja ressonância, que se segue:

(1) a empatia que se opera na terapia familiar é uma experiência sentida e não, em primeiro lugar, um processo cognitivo; além disso (2) a experiência vivida do terapeuta não é a sua própria. Em outros termos, não se trata de sua experiência exclusivamente individual, mas da experiência que emerge partilhada com o conjunto dos membros da família: eis porque a empatia não é uma transposição em imaginação dos meus próprios estados psíquicos nos estados psíquicos do outro, mas a aparição sentida como comum de uma experiência vivida originalmente de modo compartilhado. Enfim (3) a atitude do terapeuta tem necessidade de ser suficientemente flexível diante de suas próprias crenças profundas, diante de seus preconceitos enraizados para criar uma maleabilidade apropriada na visão da situação, o que permitirá evitar repetir o mesmo processo crítico. Com efeito, se o terapeuta não é maleável o bastante [...], ele vai confirmar inevitavelmente as crenças profundas da família (p. 28).

Outro fator a ser considerado são as condições de trabalho em que os profissionais estão inseridos. A precarização, a flexibilização das condições de trabalho, os vínculos empregatícios, a violência no campo entre outros, são elementos que interferem diretamente na forma que o profissional se relaciona com o campo, com a instituição em que trabalha e público atendido. De acordo com Iamamoto (2014):

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 610).

Ainda que a autora fale de uma categoria profissional específica na referida citação, os profissionais que atuam na área social tem se deparado frequentemente com essas condições.

COMENTÁRIOS CRÍTICOS

Diante do exposto, é importante ter em vista que, o fazer profissional deve se pautar no respeito ao tempo da família. O profissional não pode agir como se a realidade fosse estática. Na verdade, a mesma é dinâmica – inclusive para as famílias de transição rígidas. Para a atuação profissional, é importante compreender este fato e criar as estratégias de intervenção que respeite esse tempo, para que a família não

saia com desinteressada e o profissional abandone o caso de forma rápida, caso não obtenha uma resposta satisfatória.

Compreender o contexto familiar, as relações sociais comunitárias permite que o profissional tenha um olhar mais ampliado, entendendo que outros fatores podem influenciar o fazer profissional de subjetiva e objetiva.

As situações de violência afetam diretamente o profissional, mas, principalmente, as famílias que são acompanhadas por ele. Estudar questões como o racismo, preconceito, homofobia entre outros, torna esse profissional mais apto a interferir na sociedade. Quando ele deixa de responsabilizar a família, de sobrepor os seus valores pessoais e compreende que a situação macrossocial, leia-se: político-econômica e cultural afeta cotidianamente nas situações microssociais, ou seja, relações comunitárias e familiares.

Se for analisado que só no ano de 2013, 4.864 adolescentes (12 a 17 anos) foram assassinados no Brasil. Destes, 1012 (20,80%) dos casos foram contra adolescentes brancos e 3852 (79,19%) casos contra adolescentes negros, nota-se que há um número altíssimo de adolescentes assassinados, sobretudo os negros. É preciso saber interpretar isso e que políticas afirmativas são necessárias para os territórios pauperizados.

O tempo de intervenção, sobretudo na vida dessas famílias, que sofrem e presenciam diretamente todo tipo de violência e mesmo assim encontram formas de sobreviver e ultrapassar algumas barreiras impostas historicamente, não pode ter resultados imediatos, demanda tempo e um projeto que dê conta de um amplo contexto histórico e estrutural que possui alguns limites, mas também, possibilidades.

Desta forma, vemos como uma das formas de ultrapassar esses limites, o trabalho articulado com a rede de atendimento. Este visa compreender e ver a situação problema vivenciada pela família, território, sobre múltiplos olhares, facilitando o trabalho, criando meios de acesso e acolhimento para a família, assim como uma apreensão mais ampla sobre o caso.

No território de Jardim América, o trabalho com a família Nascimento, ainda precisa de mais avanços, mais inserção das instituições que possam garantir efetivamente os direitos das crianças, como o CREAS e o Conselho Tutelar, como também o CAPS Ad sobre a saúde da Maria. Para tal, é preciso além do compromisso profissional, apoio a essas instituições que são responsáveis por grandes territórios e não possuem equipe técnica suficiente para cobrir os espaços mais afastados e sem grande visibilidade do poder público como a localidade estudada.

Por fim, chegamos à conclusão, que o presente artigo poderá contribuir de alguma forma para refletir a prática profissional pelo paradigma sistêmico, o trabalho em rede, mas, sobretudo também dar visibilidade a esses territórios. O trabalho desenvolvido pelos atores locais e o articulador local cumpriu um grande papel, com grandes possibilidades de avanço. O presente artigo será repassado para a rede local, visando dar visibilidade para as condições que muitas famílias vivem na localidade, além de

aumentar a discussão sobre o trabalho em rede e refletir sobre a prática profissional no trabalho com famílias, possibilitando a contribuição para pequenas, mais potentes alterações das situações com acompanhamentos eficazes que possibilitem, por sua vez, alterar a realidade dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, R. C. B. **Comando Vermelho: o que se disse liberdade se tornou controle.** Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ALVARENGA, T. P. **Relação entre novos e antigos moradores num sub-bairro periférico: notas sobre a política habitacional, segregação e preconceitos.** Rio de Janeiro, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

AUSLOOS, G. **A Competência das Famílias: Tempo, Caos, Processo.** Rio de Janeiro: Booklink, 2011.

CAMPOS, A. **Do Quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro.** 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DEPRAZ, N. **A ética relacional: uma prática de ressonância interpessoal.** In: Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 17 - n. 2, p. 19-34, Jul./Dez. 2005.

DIANA, P. M. C. **Uso do genograma e ecomapa como instrumentos de abordagem familiar: relato de experiência em cidade da região metropolitana de Belo Horizonte.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade de Minas Gerais. Lagoa Santa/MG, 2014.

GRAHAM, A. e BRAHIM, V. **Guia Prático: Trabalho Social com Famílias.** 1. Ed. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira Terra dos Homens, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26 ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

